



DITADURA, SOCIOLOGIA, MEMÓRIA E RELIGIÃO: UMA ENTREVISTA COM REGINALDO PRANDI

Dictatorship, sociology, memory and religion: an interview with Reginaldo Prandi

Fernando Augusto de Souza Guimarães*

Bryan Henrique Pinto**

Fernanda Cristina Miranda***

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

DOI: 10.29327/256659.15.2-1

Era uma tarde de verão com temperaturas acima dos 30 graus, no dia 3 de março de 2024, quando o professor Reginaldo Prandi abriu as portas de sua casa para nos receber para uma entrevista. Ele mora há mais de 40 anos em uma residência ampla e confortável, em uma rua simpática, ainda de paralelepípedos, na Vila Mariana, que insiste em resistir às investidas da especulação imobiliária. No entorno da pequena vila, há muitos arranha-céus, e outros em construção, ameaçando encobrir o Sol e esconder o horizonte.

Com o roteiro afiado, seguimos na expectativa de conhecer mais profundamente a trajetória profissional do maior pesquisador do candomblé do país e um dos cofundadores de um importante instituto de pesquisa brasileiro. Uma história fortemente marcada pela ditadura militar, que o jovem vindo do Interior Paulista nem imaginava que viveria ao chegar à Capital.

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui, pela mesma instituição, Mestrado em Sociologia e Bacharelado em Ciências Sociais. E-mail: fasgui@gmail.com.

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente, realiza pesquisa etnográfica em terreiros de umbanda no interior de São Paulo com bolsa da Capes. E-mail: bryanhenrique1899@gmail.com.

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Tem especialização em Teoria e Crítica Literária pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus Araraquara e é jornalista formada pela UNESP, Campus Bauru. Pesquisa racismo religioso contra terreiros de umbanda e candomblé no Interior Paulista. Email: fernandamiranda.jor@hotmail.com.

Prandi nos recebeu com os diários mentais todos abertos, disposto a refazer esses caminhos e falar de sua inspiração para a escrita, de polêmicas como a manifestação de fé por muitos dos sociólogos da religião e sua relação com aqueles que a pesquisa de campo colocou em sua vida.

Ao todo, foram quatro horas de conversa e partilha, interrompidas por pausas marcadas para uma água fresca para amenizar o calor e por buscas às caixas dos livros autorais, conforme o professor os ia citando na conversa e com os quais nos foi gentilmente apresentando. Um deleite para quem o admira, para quem o estuda e para quem, modestamente, trilha caminhos antes percorridos e desbravados por ele. Boa leitura a todos e todas!

Entrevistadores: A ditadura militar é um período sombrio na história do Brasil e teve várias implicações no que diz respeito à produção científica e à rotina das universidades, especialmente após a emissão do Ato Institucional nº 5. Como foi a experiência de se mudar para a Capital e cursar ciências sociais neste período?

Reginaldo Prandi: Eu me mudei para São Paulo em abril de 1964. Cheguei aqui junto com o golpe militar. E me lembro que, logo depois, fui para Santos, porque a família do meu pai mora em Santos, aonde eu ia frequentemente. Quando voltei para acertar a pensão onde ficaria na Liberdade, eu ia fazer um cursinho na Liberdade, desci do bonde e estava acontecendo uma passeata de estudantes que vinha num sentido e, no sentido contrário, vinha uma tropa de cavalaria para deter os estudantes à força. E eu não sabia o que estava acontecendo direito. Fiquei na porta de um bar, de um boteco, assim, meio sem saber o que fazer, aí uma senhora me pegou pelo braço, me puxou, me levou para dentro do boteco e me enfiou debaixo do balcão. Ela falou: “Fiques aí até que passe a tropa”. Era uma senhora portuguesa, dona do bar, onde depois costumava almoçar, ótimos pê-efes para um estudante faminto e com dinheiro curto. Ficava ao lado do Cursinho Brigadeiro, em que eu estudava para o vestibular.

Eu tinha vindo para São Paulo fazer medicina, mas, naquele tempo, eram poucas as escolas de medicina. Na cidade mesmo somente uma era pública, a da USP (Universidade de São Paulo), e duas, privadas e muito caras para as condições de minha família (a da Santa Casa e a do Hospital São Paulo, hoje Unifesp). A universidade ainda era uma coisa muito limitada. Para vocês terem uma ideia, não existia ainda sistema de pós-graduação. Fui aprovado numa escola particular de medicina e na escola de veterinária da

USP, que era minha segunda opção, na qual me matriculei. Logo no começo da graduação, fiquei doente e não pude morar sozinho na pensão, porque precisava de apoio. Acabei por ficar uns tempos na casa de uma prima do meu pai que morava na Rua Vergueiro, pertinho do Largo Ana Rosa. Essa casa não existe mais, foi demolida para a construção do metrô.

Na época, a filha dessa prima, a Marina, estava prestando vestibular para ciências sociais. Tínhamos um primo formado em ciências sociais, que estava no Chile fazendo mestrado e havia deixado todos os seus livros e cadernos com a gente. Isso incentivou muito a Marina a fazer ciências sociais e ela falou: “Já que você está aqui, você podia fazer vestibular comigo, para me fazer companhia”. Fiz o vestibular com ela, passamos os dois e eu pensei: “Já que eu estou aqui, vou aproveitar para fazer também, certo?”. Era uma faculdade que propunha uma experiência curricular totalmente nova, era uma faculdade municipal gratuita, localizada em Santo André, funcionando pelo segundo ano.

O curso de ciências sociais tinha como objetivo desenvolver uma sociologia voltada para uma sociedade em franco processo de industrialização. Santo André, São Caetano e São Bernardo, o ABC, eram o berço, praticamente, da nova industrialização, com as fábricas de automóveis, indústria de autopeças, formação dos novos sindicatos, enfim, tudo isso. Diadema ainda era um jovem município, emancipado em 1960. Foi esse o meu começo, tocando de um lado veterinária, na faculdade da USP, que ficava aqui na Aclimação, na Rua Pires da Mota, e de outro, cursando ciências sociais com minha prima em Santo André.

Entrevistadores: As greves operárias de 1968 e os protestos estudantis tiveram alguma influência na sua formação acadêmica? Como era a relação entre a universidade e a política neste período?

Reginaldo Prandi: Havia muita agitação, é claro, 1968 é o ano da rebelião da juventude ocidental contra as velhas regras e valores da sociedade e da universidade. Marcou uma espécie de aliança entre os estudantes e os operários, na Europa e em países da América Latina. No período de 1964 a 1968, antes do AI-5, já tínhamos tido algumas perdas universitárias importantes, gente muito importante foi aposentada no ato do golpe militar, apoiado pelo empresariado, mídia, igreja etc., com o recuo de muitos logo depois, mas então já se podia dizer “Agora Inês é morta”. O golpe fechou o Congresso, extinguiu os partidos políticos e acabou com os direitos. Mas esse período foi muito agitado culturalmente, com muito teatro engajado, com muita música popular e cinema politizado, de esquerda, com

muitos estudantes na parada, que, como disse, também se associavam ao movimento operário. Então, a vida de estudante era bastante agitada. Neste período, aconteceu uma grande greve de operários na região do ABC e a gente se engajou na equipe de preparação da greve. Numa noite, saímos em dois carros para fazer panfletagem, um dos carros foi parado e quatro colegas foram detidas. Uma delas conseguiu ser liberada porque tinha 17 anos no dia da panfletagem e foi considerada menor inimputável. Duas outras eram de famílias judaicas e conseguiram fugir para a Argentina. Uma delas ficou na Argentina para sempre e a outra conseguiu fugir para Israel. A terceira delas foi presa, condenada e faz parte do começo da minha história. Era minha colega de faculdade e, também, do CEBRAP. Falo dela mais adiante.

E eu tinha em São Paulo um tio que era muito ligado ao pessoal de jornal, aos críticos de arte, críticos de teatro, críticos de artes plásticas. Muita agitação cultural, muita ação de resistência à ditadura. Então, meu tio me levava em tudo quanto era estreia de peça. As primeiras peças que vi, as primeiras montagens feitas, por exemplo, no teatro fundado por Ruth Escobar, no Teatro 13 de Maio e em muitos outros, peças que eu não entendia direito... como “Cemitério de automóveis”, de Fernando Arrabal, dirigida pelo espanhol Víctor García (1934-1982) ... mas também eu era moleque, completamente deslumbrado com tudo, um garoto caipira, perdido na cidade grande.

Embasbacado com tanta informação cultural, para mim era tudo novidade demais. Nunca vou esquecer “Opinião”, dirigida por Boal (1931-2009), com Bethânia, Zé Keti (1921-1999) e João do Vale (1934-1996), o primeiro grande musical de protesto contra a ditadura, que vi no Ruth Escobar. Era 1964 e, ao final da apresentação, depois dos aplausos e dos bises, Bethânia apresentou seu desconhecido “irmãozinho”, autor de uma das músicas do espetáculo. Ele foi chamado ao palco e cantou “O dia em que eu vim-me embora”, na primeira apresentação pública de Caetano Veloso em São Paulo.

A ditadura fazia parte de um processo em torno do qual fervilhava toda proposta cultural importante da época. A vida, contudo, era tocada normalmente pela população, sem muita preocupação com a política, não existia essa história de população de direita, eleitor de direita em oposição à esquerda, como hoje. Essa divisão, por assim dizer, ficou explícita com o desastre bolsonarista, a partir do governo do presidente que odiava seu

país e debochava de seu povo que morria de pandemia, tentando tirar o corpo fora da responsabilidade no manejo da tragédia, com palavras como “Eu não sou cozeiro!”.

Isso de as pessoas se dizerem de direita ou de esquerda é coisa nova, novíssima. Havia simplesmente os conformados e os contrários, esses mais comprometidos com posições de esquerda. A minha faculdade de ciências sociais era sempre muito cheia de novidades, o meu curso tinha uma proposta de se voltar para a coisa industrial, a sociologia da indústria e tentar entender coisas como “greve”, “acumulação capitalista”, “arrocho salarial”. Muitos dos meus professores eram também professores da USP, de uma geração jovem que trabalhava com esses temas, com muita leitura marxista, embora ter em casa um livro de Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo fosse considerado prova criminal de subversão pela polícia e justiça da ditadura.

Tive muitos professores que foram instrutores voluntários, alguns eram até assistentes e livre-docentes, e havia um intercâmbio grande entre Santo André e USP. Tinha matérias que a gente fazia na USP. Naquele tempo, as ciências sociais da USP ficavam na Rua Maria Antônia, na Consolação. Por exemplo, eu fiz um curso de antropologia física com Gioconda Mussolini (1913-1969), na Maria Antônia. Lá também fiz curso com o Antonio Candido (1918-2017),¹ famoso entre o pessoal de ciências sociais por seu livro *Os parceiros do Rio Bonito* ([1964] 2010). Na USP da Maria Antonia tive cursos com muitos professores e com gente que depois veio a ser colega meu quando virei professor da USP. Bom, eu sei que eu fazia as duas faculdades, mas frequentava mais a de ciências sociais porque estava mais no jogo, mais no agito.

Também fiz um curso de teatro brechtiano, totalmente de esquerda, com uma professora que foi presa. Desapareceu. Nunca foi encontrada e só foi reconhecida como morta, em tortura, pela Comissão da Verdade, quando detida ilegalmente no Presídio Tiradentes. Estava fazendo um curso de teoria do teatro. E um dia ela não foi à aula, e cadê ela? No outro dia, ela também não foi. E nunca mais ninguém a viu. Ela se chamava Heleny Guariba (1941-1971). Hoje, ela faz parte da lista dos mortos pela ditadura. Já se sabe até o porquê de ela ter sido torturada. O Presídio Tiradentes, onde estive presa, era um presídio

¹ <https://sbsociologia.com.br/project/antonio-candido/>

político de São Paulo, onde estava presa também a minha amiga daquele evento da distribuição dos panfletos, que tinha sido condenada a seis meses de cadeia.

Nessa época já estávamos nos anos de 1968, já com AI-5 em vigor. Com ela presa, eu assumi algumas de suas funções de pesquisa no Cebrap e, por causa disso, visitava-a todos os sábados, quando deixavam, para a consultar sobre o trabalho em que eu a substituí no Cebrap. Hoje, o Presídio Tiradentes não existe mais, não existe há muitos anos, porque, da noite para o dia, ele foi demolido, ele era uma testemunha monumental da ditadura. O máximo que conseguiram preservar foi o portal dele. Ainda está lá. Difícil separar, naqueles tristes, mas agitados tempos, a ditadura do resto da nossa vida.

Entrevistadores: A criação do Cebrap se deu a partir de um grupo de professores que foram afastados das universidades pela ditadura. Como foi este processo e como se deu sua participação no Cebrap?

Reginaldo Prandi: Foram aposentados muitos professores das ciências sociais. Por exemplo, o Fernando Henrique Cardoso² tinha acabado de ganhar uma cátedra em concurso, a cátedra de ciência política, e ele foi aposentado alguns meses depois. Ele não tinha nem mudado de sala ainda. A professora Paula Beiguelman (1926-2009), que concorria com ele e que estava como regente da cátedra desde a aposentadoria do catedrático anterior, também foi aposentada. Foi aposentado um caminhão de gente e foi aposentada gente de outros lugares com quem eu também me relacionava.

Eu comecei a trabalhar numa pesquisa muito grande, financiada pela Nestlé suíça, para estabelecer os padrões de crescimento e desenvolvimento pubertário de crianças e adolescentes brasileiros, porque nós não tínhamos nenhuma tabela de quanto media um brasileiro, de quanto pesava em cada idade, em cada mês de idade inicial, em cada dia, depois do parto. Os pediatras brasileiros usavam tabelas estrangeiras. Então, um grupo da USP, da Faculdade de Medicina, do antigo Instituto de Higiene, da Escola de Educação Física e do Departamento de Ciências Sociais, resolveu fazer uma grande pesquisa, cujo trabalho de campo demorou quase dois anos.

² <https://sbsociologia.com.br/project/fernando-henrique-cardoso/>

Eu me inscrevi e fui aceito para ser entrevistador, porque estava por trás a ideia de que as condições sociais também influenciavam no desenvolvimento físico das pessoas, sobretudo por questões de nutrição, de hábitos de higiene e também por questões ligadas à ascendência. Naquele tempo não existia exame de DNA. Essa pesquisa gerou muitas teses, muitos trabalhos e muitos livros. E produziu uma tabela, que se usa até hoje nos postos, a tabela de puericultura, que 20 anos depois foi atualizada. E, quando veio o AI-5, muitas dessas pessoas foram cassadas e aposentadas compulsoriamente.

Eu tenho uma colega que estava no cargo de professora universitária fazia quatro meses e foi aposentada, imaginem, recebendo uma aposentadoria proporcional ao tempo de trabalho de quatro meses. Enfim, alguns deles deixaram o Brasil e foram para universidades da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos, do México e do Chile. Outros resolveram ficar e fundar aqui um grupo que hoje a gente chamaria de resistência, que foi o Cebrap, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, que tinha um nome bem capitalista. Naquela época, o governo da ditadura criou leis segundo as quais os governos estaduais e municipais eram obrigados a fazer planos de desenvolvimento. Criaram-se grandes empresas de planejamento que eram contratadas pelos governos, sobretudo pelas Prefeituras, para fazer o planejamento, nos mínimos detalhes. Havia uma empresa na Vila Mariana, que foi das maiores especialistas nesse ramo, cujo proprietário foi uma pessoa muito importante, chegando depois a ser ministro e grande conselheiro de Fernando Henrique. O Cebrap dava bastante consultoria para essa empresa e outras, o que permitia angariar recursos para os projetos de pesquisa que realmente interessavam.

O Cebrap começou a funcionar numa casa com muitos quartos, uma antiga residência na Rua Bahia, em Higienópolis. Alguns professores que dele participavam não foram aposentados, mas se juntaram ao grupo em protesto, em solidariedade àqueles que haviam sido aposentados, ou por razões de interesse científico comum. Outros recebiam bolsa do Cebrap para tocar suas teses na universidade, aqui ou no exterior. O Candido Procópio Ferreira de Camargo (1922-1987)³ era lotado no Centro de Estudos de Dinâmica Populacional, o Cedip, dirigido por Elza Berquó, um centro interunidades da USP, sediado na Faculdade de Saúde Pública, que, antes da reforma universitária de 1970, se chamava Instituto

³ <https://sbsociologia.com.br/project/candido-procopio-ferreira-de-camargo/>

de Higiene. A Elza foi cassada, o Procópio, do Cedip, não foi cassado, mas foi junto. Acompanhou o pessoal. O Paul Singer (1932-2018) também era do Cedip e foi cassado, um grande economista. Singer depois desenvolveu toda a questão da economia solidária. Hoje existe o Instituto Paul Singer.

Já falei daquela amiga que tinha sido presa na panfletagem. Ela tinha começado a fazer uma espécie de estágio no Cebrap. Eu e ela fazíamos parte de um grupo que tinha cursado um conjunto de disciplinas optativas de matemática, estatística e processamento de dados aplicado às ciências sociais. E a gente aprendeu a mexer nos primeiros programas de computador, nos anos 1960-1970. O computador, do tamanho desta sala, tinha aquelas luzes de código, que se vê em filmes de ficção científica antigos, porque os computadores da época só se comunicavam por linguagem de máquina, linguagem binária. A gente tinha que aprender a linguagem binária para falar com eles. Apertávamos aqueles botõezinhos tal, tal e tal, e líamos as fitas perfuradas e os cartões perfurados. A gente se comunicava com eles através de cartões perfurados.

No Cebrap, Elza Berquó dava aula uma vez por semana para todos os membros do centro, era obrigatório, até Fernando Henrique Cardoso tinha que ir, com o seu caderninho, escrever as fórmulas do desvio padrão e entender as equações do erro de amostragem. Tinha-se uma ideia de que a verdadeira ciência era a que usava matemática, estatística, computação, a *hard science*, a ciência dura. E quem era da *soft science*, como nós, tinha que vestir um pouco desse modelo mais cheio de fórmulas e números.

Se vocês pegarem, por exemplo, a minha dissertação de mestrado, vão ver que está cheio de fórmulas. E assim era tudo. A gente fez muitos convênios com outras universidades de fora, íamos muito a Berkeley para processar nossos dados. Íamos muito ao MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), para Harvard, para a Universidade do Texas, que tem um importantíssimo centro de estudos brasileiros. Nossa vida acadêmica já começou um pouco internacionalizada e, também, muito ligada ao estudo empírico, formando uma nova sociologia, que não é mais a sociologia só do discurso, mas a sociologia que quando falava abc, apresentava os dados que sustentavam, embasavam o argumento. Claro que o mais importante ainda era a teoria, e o Cebrap contava até com um grande filósofo.

Entrevistadores: E qual era o foco das pesquisas desenvolvidas pelo Cebrap?

Reginaldo Prandi: A primeira coisa que nós fizemos lá no Cebrap: cada um levou a sua pesquisa. Por exemplo, a Elza Berquó, que era a coordenadora da pesquisa do desenvolvimento físico das crianças, levou essa grande pesquisa para ser concluída no Cebrap. A tabela de crescimento tinha ficado pronta logo depois de dois anos de trabalho, mas pesquisas derivadas sobre os efeitos sociais e econômicos no crescimento das crianças foram completadas no Cebrap. O Cebrap foi instalado com recursos de fundações internacionais, voltadas para o desenvolvimento científico. Grande parte dos fundos vinha da Fundação Ford, depois as fontes foram se diversificando. Quando começamos a trabalhar com religião, a Novib, uma fundação holandesa, ajudou muito.

A Alemanha deu muito dinheiro para pesquisa em religião, porque, naquela época, quando se pagava imposto de renda na Alemanha, cada um deveria declarar qual era sua religião. E uma porcentagem do seu imposto era destinada à sua igreja. As religiões eram financiadas pelo Estado, e parte do dinheiro arrecadado era destinado a grupos de pesquisa sobre o desenvolvimento social no Terceiro Mundo. Quando estive morando em Berlim, havia um movimento entre os estudantes alemães a favor da separação completa entre Estado e religião, e havia bastante debate para que mesmo os religiosos não declarassem sua religião no censo, para evitar que a religião recebesse dinheiro do Estado.

Bom, antes das cassações pelo AI-5, eu era apenas uma espécie de estagiário. Trabalhei com a Elza na pesquisa das crianças e ela dizia assim: “Você vem assistir os meus cursos!”. Eu assistia aos cursos de estatística, amostragem, probabilidade, e quando a Elza foi aposentada, fui com ela para o Cebrap. Eu já conhecia o Procópio da Faculdade de Saúde Pública, onde ele ensinava sociologia e demografia. Ele também era demógrafo, e quando ele formou o grupo de religião no Cebrap, não fiquei de fora.

O financiamento da Fundação Ford pressupunha que o Cebrap tivesse um projeto que integrasse os diversos interesses que ele reunia. Esse projeto comum perguntava: No que as diferentes instituições ajudam ou atrapalham o crescimento e desenvolvimento econômico, político e social do Brasil e da América Latina?”. Ou seja, cabia tudo, era uma espécie de projeto guarda-chuva, que contemplava a questão do estudo do subemprego e marginalidade social, a questão sindical, os partidos políticos. E Procópio orientou seu grupo voltando-se, especificamente, à religião.

Nos termos de então, nós nos perguntávamos se a religião, afinal, ajudava ou atrapalhava o Brasil. Nasci academicamente dessa pergunta. E, simultaneamente, aos projetos sobre religião dirigidos por Procópio, Eu participava de um grande projeto sobre desemprego e marginalidade social no Brasil e na América Latina, dirigido por Fernando Henrique, Paulo Singer e Juarez Brandão Lopes (1925-2011)⁴, do qual praticamente todos os membros da casa participavam, além de pesquisadores da UFBA (Universidade Federal da Bahia), uma vez que a cidade de Salvador, na época a capital com maior número de trabalhadores informais, fora escolhida para se fazer, dentro do projeto, um estudo de caso.

Do projeto do grupo de religião que estudava o lugar da religião na sociedade da época saiu minha dissertação de mestrado; e do que tratava do mercado de trabalho, minha tese de doutorado. Em 1971, eu já era aluno do mestrado na USP, em sua primeira turma, e em 1976 já tinha completado minha formação pós-graduada. Ainda mestre fui aprovado em concurso público para ingressar em seu corpo docente. O Cebrap foi ficando para trás em minha carreira, mas continuei, enquanto viveu Procópio e meu ex-orientando de doutorado e maior parceiro na vida acadêmica, Antônio Flávio Pierucci (1945-2012)⁵, a colaborar, de longe, em alguns projetos e a publicar em sua revista *Novos Estudos*.

Até que os estudos de religião no Cebrap mudaram de orientação e tive o artigo “*Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff*” recusado sem mais pela *Novos Estudos*, artigo que imediatamente foi publicado pela *RBCS – Revista Brasileiras de Ciências Sociais*, e vi que, de repente, eu já não conhecia mais aquela instituição, nem ela a mim. Agora, eu era puramente USP, com o umbigo enterrado na porteira, como se diz na minha terra. Depois veio minha experiência com a mitologia afro-brasileira e indígena, com a literatura infantojuvenil e a ficção, sem nunca ter parado de fazer sociologia. Sou o mais antigo bolsista de pesquisa do CNPq da área de sociologia vivo e em atividade.

Nessa idade em que já ultrapassei os limites da aposentadoria compulsória, na USP mantenho a posição de professor titular aposentado sênior, e no CNPq, a de bolsista de pesquisa sênior. Tenho, assim, minhas bases institucionais para continuar a trabalhar em sociologia como profissional. Mas o Cebrap antigo continua lá, nos alicerces de tudo que

⁴ <https://sbsociologia.com.br/project/juarez-rubens-brandao-lobes/>

⁵ <https://sbsociologia.com.br/project/antonio-flavio-de-oliveira-pierucci/>

pude construir e no que procuro levar adiante. De modo que acho que podemos falar dele ainda, o Cebrap da geração dos fundadores, o de minha formação.

Entrevistadores: A ditadura interferia na rotina do Cebrap?

Reginaldo Prandi: Sim, em todos os sentidos. Basta pensar que uma arma da ditadura era a censura. O Cebrap, no começo, não tinha máquina copiadora, não por falta de dinheiro, mas porque qualquer documento, um texto marxista, por exemplo, reproduzido para o debate coletivo, que lá era obrigatório, podia ser usado como prova de subversão. Todo o pessoal do Cebrap foi, mais dia menos dia, preso. Numa certa época, a cada dia, eles prendiam dois, porque um colega nosso, agindo de forma bastante ingênua, mandou para um colega de Paris um envelope com vários recortes sobre tortura no Brasil publicados por jornais clandestinos. Refiro-me à imprensa clandestina, porque qualquer notícia sobre tortura nos jornais comuns era substituída, pelo censor de plantão, ou por uma receita culinária ou por alguns versos de *Os Lusíadas*. Camões nunca foi tão famoso, era lido diariamente nos jornais.

Também os textos que podiam incomodar o governo eram substituídos pelos censores residentes por receitas culinárias, inventadas pelos censores. Não adiantava fazer o prato seguindo a receita, que não dava certo.

Por sua formação, havia uma desconfiança de que o Cebrap era um núcleo subversivo. Além disso, estavam atrás de descobrir o paradeiro de uma mulher militante de esquerda que vivia no Chile e que teria voltado para chefiar uma célula de resistência nova no Brasil. Como ela tinha ligações familiares com pessoas do Cebrap, todos eram suspeitos. Mesmo porque os pesquisadores eram muito amigos e mantinham relações de sociabilidade fortes. Todo mundo ia comer na casa de todo mundo, uma noite era na casa de um, noutra semana, na casa do outro, cada qual exibindo seus dotes culinários. Dos nossos colegas já falecidos, dois foram muito torturados nesse período de prisões arbitrárias diárias. Um foi o Chico de Oliveira (1933-2019)⁶ e o outro foi o Vinícius Caldeira Brant (1941-1999)⁷. O Chico de Oliveira se recuperou bem psicologicamente, mas o Vinícius não. Sofreu muito e acabou falecendo cedo, já professor de sociologia da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

⁶ <https://sbsociologia.com.br/project/francisco-de-oliveira/>

⁷ <https://sbsociologia.com.br/project/vinicius-caldeira-brant/>

Nós tínhamos dois anjos da guarda. Um era o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016), que tinha fundado em São Paulo a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz e defendia todo mundo que caía nas garras da ditadura. Não só defendia, como denunciava, ia a público. E fazia parte dessa comissão o Procópio, que era muito chegado também ao dom Paulo. Tanto que dom Paulo encomendou para o Procópio um livro... Eu não participei desse livro porque eu estava noutro projeto, mas foi um dos grandes *best-sellers* do Cebrap, se chamava: *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza* (1976). O livro dava o retrato de São Paulo. Naquela época, tempo do milagre econômico, que na verdade era falsa propaganda, que alimentava a política de arrocho salarial do ministro Delfim Neto, todo mundo achava que o Brasil estava rico, e o livro mostrava, do ponto de vista da exploração do trabalho, como o povo vivia mal e trabalhava em condições de extrema exploração.

Então, dom Paulo era nosso primeiro anjo, digamos. O outro era um dos dois irmãos proprietários da fábrica de cobertores Paraíba, localizada em São José dos Campos, que foi a grande fábrica de cobertores do Brasil. Ele fazia parte da burguesia ilustrada, tinha sido colega de escola do Procópio e foi ministro da Indústria e Comércio da ditadura, o Severo Gomes. Apesar de ministro da ditadura, Severo era contra a tortura, contra aquelas barbaridades todas.

Voltando às prisões, quando alguém do Cebrap era preso, imediatamente se fazia contato com dom Paulo e com o Severo. No começo, ainda não se tinha esse esquema montado, por isso os primeiros presos foram torturados. Acho que os dois primeiros foram o Procópio e o Fernando Henrique, que se alternavam na presidência, mas não tocaram neles porque eles eram nomes muito importantes, reconhecidos internacionalmente. Já o Chico de Oliveira era um nordestino recém-chegado, apesar de ter dirigido a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), de onde foi tirado pelo golpe militar e mantido preso por dois meses. Vinícius Caldeira Brant, ex-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), era um nome muito visado pelas suas atividades no movimento estudantil, mas ainda em começo de carreira profissional. Esses sofreram muito nas mãos dos carrascos da central de tortura localizada na Rua Tutóia. Dá para imaginar que não era nada bom conviver com esse clima de terror.

Entrevistadores: O senhor chegou a desenvolver pesquisas no Cebrap na área da religião?

Reginaldo Prandi: Desde o começo, a religião, como já disse, era um dos temas pesquisados. Bom, a religião majoritária no Brasil, 99%, 98%, 90 e não sei quanto por cento, era a católica, e grande parte desse catolicismo era o chamado catolicismo rural, catolicismo rústico, catolicismo sem paróquia, catolicismo sem padre. Um catolicismo na base do culto aos santos, da reza do terço e assim por diante. Na cidade, o catolicismo tradicional de paróquia se alimentava mais dos ritos de passagem e das missas, até o Concílio Vaticano II⁸, rezadas em latim, sem maior envolvimento valorativo por parte da esmagadora maioria dos católicos, exceto dos pequenos grupos que aderiram a movimentos de internalização, que mais tarde dariam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e no catolicismo progressista da “voz dos que não têm voz”, importante na luta contra a ditadura.

Ao se estudar a religião da época, a primeira coisa que se observava é que já havia outras religiões crescendo. Havia outras religiões competindo com o catolicismo, algumas igrejas tradicionais históricas do protestantismo, como os luteranos, os presbiterianos, os anglicanos, os anabatistas, os batistas. E, sobretudo, as primeiras grandes igrejas evangélicas pentecostais, a Congregação Cristã no Brasil, a Assembleia de Deus e já se formando aqui tinha uma terceira grande, que vem de fora também, a Igreja do Evangelho Quadrangular. E daqui, formada aqui, tinha uma grande igreja, o Brasil para Cristo, a primeira grande igreja pentecostal, ainda atada à velha teologia protestante, mas que incorporava os dons do Espírito Santo. E havia a umbanda se formando em São Paulo, no Rio, em alguns lugares.

A primeira coisa foi ler tudo o que existia sobre religião. Mas era pouca coisa. Basta lembrar que naquele tempo não havia pós-graduação no Brasil, que começou em 1971, e as teses, as dissertações começaram a surgir três ou quatro anos depois. Hoje existe uma massa enorme de livros, teses, artigos, material acadêmico sobre a religião, mas naquele tempo não tinha. Então nós levantamos tudo o que tinha e estudamos tudo o que levantamos, debatemos tudo e fizemos o nosso primeiro livro, *Católicos, protestantes, espíritas* (1973). Este é o primeiro livro a refletir sociologicamente sobre a religião e tem três partes. A parte dos espíritas incluía a religião umbanda. E tocava muito pouco no candomblé, porque o candomblé, ainda na época, era uma religião como se fosse religião indígena. Era uma religião de africanizados, uma religião étnica. Sim, não era uma religião de conversão,

⁸ Ver Prandi e Santos (2015)

como veio a se tornar depois. Continuou étnica, mas virou uma religião de conversão, simultaneamente. Uma nota curiosa: havia pouca ‘sociologia da religião’, sobrepujada por muitos livros da chamada ‘sociologia religiosa’, feita por intelectuais da igreja para uso da igreja. Não ouço mais falar em sociologia religiosa. Será que se extinguiu? Flávio Pierucci achava que teria havido apenas uma mudança de nome, mas continuava a ser produzida pelos que ele chamava de sociólogos impuros da religião. Não tenho certeza.

Entrevistadores: E a medicina veterinária, você abandonou o curso?

Reginaldo Prandi: Enquanto eu não me formei em ciências sociais, ia fazendo algumas matérias, deixando algumas para trás, de acordo com os horários que eu conseguia montar. Naquele tempo, não tinha prazo para se formar e quando surgiu o mestrado e o doutorado também não tinha prazo. A gente fazia mil coisas ao mesmo tempo. Tinha acontecido uma coisa chamada reforma universitária, que começou a valer aqui em São Paulo em 1971, então, para ser parte do corpo docente, mesmo que fosse voluntário... não, voluntário não podia mais... Todos os voluntários foram incorporados como auxiliares de ensino remunerados... Da minha geração, eu fui o único que entrou por concurso. Todos os outros passaram por esta mudança de voluntário para auxiliar de ensino remunerado.

Mas para fazer carreira, obrigatoriamente, tinha que estar inscrito no mestrado. E eu dava aula em vários lugares neste tempo, trabalhava no Cebrap o tempo todo e fazia o mestrado lá na sociologia.

Não dava tempo de fazer nem uma matéria por ano na veterinária. E todo ano eu ia lá trancar a matrícula, fazia um requerimento à mão e trancava a matrícula. E chegava na secretaria, na Aclimação, e a secretária, que já se tornara minha amiga, falava assim: “Oi, Reginaldo! Veio trancar a matrícula?”. E eu falava: “Eu vim, mais uma vez”. E ela respondia: “Ah, mas você precisa voltar! Agora tem muita gente nova aqui, muita gente bacana”. Até que um dia esqueci de trancar a matrícula e fui excluído.

Anos atrás, a Fundação Carlos Chagas fez uma pesquisa sobre a minha turma porque não sobrou ninguém, ninguém da minha turma se formou veterinário. E toda a explicação se dava pelo envolvimento dos alunos nos movimentos estudantis, nos movimentos contra a ditadura, nos movimentos culturais.

Quer dizer, no que diz respeito ao Brasil rural de então, a preocupação que predominava entre os que se interessavam pelo campo era formar as ligas camponesas, organi-

zar os sindicatos rurais, alfabetizar os trabalhadores e lhes ensinar seus direitos, não era cuidar das vacas e cavalos, cabras e carneiros. E é engraçado porque, naquele tempo, na veterinária, só se cuidava de bicho econômico, de gado, de animais de grande porte; de gato, cachorro, nunca ouvi falar no curso, nunca.

Entrevistadores: No livro *Os Candomblés de São Paulo* ([1991]2020), você menciona a opinião do povo de santo sobre a religiosidade dos pesquisadores que frequentam terreiros. Poderia discorrer sobre como se deu a sua entrada no campo e as relações interpessoais com estes colaboradores da pesquisa?

Reginaldo Prandi: Desde que eu comecei a trabalhar com o Candido Procópio Ferreira de Camargo eu frequentava religiões afro-brasileiras como pesquisador. São religiões que têm grupos muito pequenos e, ao frequentar, você acaba necessariamente se tornando um amigo da casa. É uma prática comum desde os tempos do Arthur Ramos, na Bahia, de (Roger) Bastide. O pesquisador acaba se transformando numa espécie de intermediário, de ponte entre o terreiro e a sociedade mais ampla.

Eu tenho uma história interessante sobre Donald Pierson (1900-1995)⁹, que foi professor na Escola de Sociologia e Política, vindo dos Estados Unidos para fundar os estudos de teoria e pesquisa em sociologia. Ele foi orientador de Florestan Fernandes (1920-1995)¹⁰ e um dos primeiros a escrever sobre o candomblé, não porque estivesse diretamente interessado na religião em si, mas porque estava pesquisando as relações raciais entre negros e brancos no Brasil, trabalhando em um projeto financiado pela Unesco. O sociólogo Donald Pierson acabou sendo “adotado” pela mãe de santo do Axé Opô Afonjá, importante terreiro de candomblé de Salvador, passou por alguns ritos, mas nunca fez disso nenhum alarde. No livro *Branços e pretos na Bahia* (1945), há um capítulo inteiro sobre candomblé, em que ele escreve muito sobre a Mãe de Santo, mas ele não cita o nome dela, embora publique uma foto que tirou dela e diga muitas coisas a seu respeito.

Donald Pierson foi o único professor que não era da USP a receber o título de professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), pois apesar de ligado a outra instituição, foi um grande formador de professores vinculados à USP. Ele foi orientador da minha orientadora, a Aparecida Joly Gouvea (1919-1998)¹¹. O título de

⁹ <https://sbsociologia.com.br/project/donald-pierson/>

¹⁰ <https://sbsociologia.com.br/project/florestan-fernandes/>

¹¹ <https://sbsociologia.com.br/project/aparecida-joly-gouveia/>

Professor Emérito é usualmente entregue em mãos, em uma solenidade pública. Mas, no caso dele, que já retornara aos Estados Unidos, estava aposentado e morava na Flórida, e já não podia viajar, a congregação da FFLCH solicitou a Aparecida, chefe do Departamento de Sociologia, na ocasião, que levasse o título a ele nos Estados Unidos. Eu aproveitei e escrevi uma cartinha para agradecer o trabalho dele com os estudos das religiões afro-brasileiras, que eu tentava prosseguir, e pedi que a Aparecida entregasse a ele.

O Pierson me mandou uma cartinha de volta, agradecendo por eu ter escrito e feliz que eu estava dando continuidade ao trabalho dele. E disse: “A coisa que mais me comoveu no candomblé é que foi o único lugar onde eu sempre fui recebido, não como professor, mas como filho”. Depois eu levei a carta para mostrar para a Mãe de Santo do Opô Afonjá.

Bem, do mesmo modo que eu tenho o cargo mais alto na universidade, eu tenho um posto elevado no candomblé, mas esses cargos foram sendo acumulados depois que eu já tinha escrito o meu livro mais importante de todos, que é *Os Candomblés de São Paulo* ([1991]2020), inclusive, eu fiz questão de primeiro lançar o livro para depois passar por algum tipo de iniciação, para não parecer que aceitava a iniciação como uma espécie de estratégia do tipo: se eu sou iniciado, eu posso pisar o chão que outros não podem. Eu posso ver coisas que outros não podem. Eu posso fazer coisas que os outros não podem nem pensar.

Essa relação de certa intimidade do pesquisador com a religião sempre foi comum. E hoje há pais de santo, mães de santo e filhos e filhas que são doutores, docentes. Acontece que o candomblé é uma religião que não exige uma declaração de fé. Eu não tenho que perguntar para uma pessoa se ela acredita em orixá. A religião parte do princípio de que, se você acredita ou não acredita, o problema é seu. Não existe essa necessidade de dizer: “Eu sou do candomblé”. É muito diferente do fato de ser católico ou evangélico, a profissão de fé faz parte das próprias orações, como no “Credo” católico. O que interessa é como você se comporta dentro do terreiro. Uma pessoa que se confirma num cargo religioso não tem que abandonar seu pensamento crítico. Por exemplo, eu falo coisas em *Segredos Guardados* (2005) que não são nada elogiosas.

Entrevistadores: Para todo sociólogo da religião, a questão da neutralidade aparece como um grande desafio no momento de realização do trabalho de campo. Concorde com o posicionamento do professor Antônio Flávio Pierucci sobre a falta de pureza acadêmica nesta área de pesquisa? Antes você tocou rapidamente nessa posição do Pierucci. Ou analisa a relação entre a religiosidade do pesquisador e a elaboração de seu pensamento crítico de outro modo?

Reginaldo Prandi: Bom, a crítica do Flávio Pierucci era dirigida a certos cristãos, aos ex-padres e ex-freiras que deixam a religião, mas continuam ativamente usando a sociologia e a antropologia para defender a religião; continuam pensando como se a sociologia fosse formada pelas categorias da teologia em que eles aprenderam a pensar. Esse era o problema! Eu também escrevo sobre evangélicos, sobre católicos, sobre religião do ponto de vista genérico. Eu nunca escrevi nada sobre o Islã, mas tive um aluno de mestrado que pesquisou a adesão ao islamismo em São Paulo. Nem publiquei nada sobre o judaísmo, mas acabei participando de bancas de mestrado, de doutorado, de concurso de livre-docência na USP e em outros lugares também. E tudo isso é aprendizagem. Se você prestar atenção, minha perspectiva crítica, eu acho, se mantém quando falo de qualquer uma dessas diferentes religiões. E também quando meus objetos são o candomblé e a umbanda.

Eu me movo bem no espaço do terreiro, mas todo mundo sabe que eu sou professor. Em todo terreiro que eu vou, eu sou chamado de professor, porque conhecem meus livros, e também me chamam de ogã, porque sabem de minha ligação ritual com o terreiro, por meu cargo ritual honorário, como foi o caso de Arthur Ramos (1903-1949), Roger Bastide (1898-1974)¹², Donald Pierson, Vivaldo da Costa Lima (1925-2010) e muitos outros acadêmicos “aceitos” como amigos, digamos, pelos terreiros. Eu também procuro dar um retorno. Muitas coisas que fiz, eu só pude fazer porque eu tive acesso à informação, porque eu fui autorizado a ver e participar. Então, eu tenho que devolver isso. E eu devolvo isso na forma de palestras, das visitas que eu faço ao terreiro e de alguns dos livros que escrevo.

Acho que meu trabalho de divulgação da cultura afro-brasileira por meio dos livros infantojuvenis sobre orixás e outros conteúdos da religião afro-brasileira, que, diferente de hoje, não existiam 20 anos atrás, e que são muito adotados nas escolas, têm um papel po-

¹² sbsociologia.com.br <https://sbsociologia.com.br/project/roger-bastide/>

sitivo na divulgação da cultura dos orixás, de sua mitologia, o que pode contribuir, acho eu, com a redução do preconceito racial e religioso. Isso eu acho que é um retorno, uma retribuição. Minha aceitação no meio religioso pode ser testemunhada pela quantidade de vezes que recebo convite para ser padrinho de crianças. E de adultos. Sou padrinho de casamento de duas mães de santo, sendo que uma delas, mãe Ana de Ogum, já tem mais de 90 anos, e fui seu padrinho no civil e no religioso, quando ela se casou, em segundas núpcias, com seu namorado de juventude. Eu fui padrinho civil no segundo casamento do falecido Ogã Gilberto de Exu (1948-2021), quando ele se casou com Mãe Neide de Oxum.

Entrevistadores: Pensando sobre o cenário de perseguição às religiões afro-brasileiras, principalmente pelo pentecostalismo, a diminuição do número de praticantes da umbanda e do candomblé – o candomblé tem crescido um pouco, enquanto a umbanda está realmente diminuindo –, como o senhor vê o futuro das religiões afro-brasileiras? Por que o pentecostalismo persegue tanto as religiões afro-brasileiras, se existe um número tão pequeno de praticantes diante da grandiosidade, em termos numéricos, do que são as igrejas pentecostais hoje?

Reginaldo Prandi: Eu sempre acreditei que não há nenhuma lei que vai resolver o problema de intolerância. Ajuda, mas não resolve. Embora as religiões afro-brasileiras sejam pequenas demograficamente falando, são religiões que têm muita visibilidade por conta de diversos elementos culturais associados a elas, como o samba, a música popular, a poesia de certo modo, as peças de teatro, o cinema, os filmes do Glauber Rocha (1939-1981), por exemplo, em que há presença dos orixás, mãe de santo, pai de santo. Filmes famosos, premiados internacionalmente, como *O Pagador de Promessas*, da peça de Dias Gomes, dirigida no cinema por Anselmo Duarte, que conta a história de Zé do Burro, penitente que saiu do Interior da Bahia levando uma cruz às costas, em pagamento de uma promessa feita ao orixá Iansã para que curasse seu burro. Ele prometeu levar a cruz até a igreja de Santa Bárbara, em Salvador, e é impedido de entrar com a cruz na igreja pelo padre, quando este sabe que a promessa foi feita ao orixá e não à santa. É uma história de sincretismo, desencontros e intolerância, temas muito presentes na obra de literatos importantes, como por exemplo, Jorge Amado.

O preconceito contra as religiões afro-brasileiras tem muitas facetas. A rejeição do sacrifício votivo por devotos de outras religiões, por exemplo, teve de ser resolvida no Supremo Tribunal Federal e, mesmo com a sentença que liberou a oferenda de animais sacri-

ficados como parte essencial da religião, ainda há tentativas de se impor leis estaduais e municipais para proibir o sacrifício votivo, criando-se uma guerra jurídica em torno de crenças religiosas e penalizando devotos. Infelizmente, com a infeliz passagem na cena brasileira do presidente que odiava seu país e escarnecia do seu povo mais indefeso, a intolerância religiosa se avolumou muito. Um segundo elemento que faz com que o candomblé, a umbanda, o batuque, o xangô sejam inaceitáveis pelos evangélicos, que são seus principais opositores hoje, é a questão nunca explicitada do politeísmo.

Historicamente, as religiões politeístas tendem a ser acolhedoras. No mundo clássico, quando o povo de religião politeísta conquista um outro povo, ele não faz da cultura desse outro povo uma terra arrasada. Ele assume para si os deuses do povo conquistado, uma forma de agregar e ampliar o seu território, o seu poder, ampliando os laços de identidade, que passavam pela religião. Na Roma imperial podiam ser encontrados templos de deuses dos diferentes territórios conquistados. Algumas dessas divindades chegaram a ser incluídas no panteão romano com grande destaque, como o caso de Ísis, deusa dos egípcios.

O monoteísmo, ao contrário, nega qualquer outra divindade. Assim, o protestantismo, que excluiu até Nossa Senhora, e chegou, em sua etapa pentecostal, a dar um chute em sua imagem durante um programa de televisão, dificilmente vai aceitar uma religião com tantos deuses, orixás, voduns, inquices e encantados cultuados nos terreiros. Se os pentecostais não aceitam nem os santos católicos, imagina se vão aceitar essa vastidão de divindades de religiões em que os deuses são muito parecidos com os humanos e que não faz distinção entre o bem e o mal, que são conceitos ocidentais. Essa barreira só pode ser vencida com educação, formação de uma nova mentalidade, respeito pela diferença. É preciso muito empenho na construção da cidadania, zelo pela democracia e defesa do Estado de direito.

Um terceiro item na questão da intolerância: a moralidade. No candomblé, independentemente da sua situação na sociedade, do seu gênero, da sua ocupação, é a relação do indivíduo com seu orixá o que conta para definir o que significa ser um bom religioso, um bom filho de santo. O que importa é manter os preceitos *com* o orixá. O que cada um faz no mundo alheio à religião é problema da sociedade, dos tribunais, não é problema da religião. A religião, nesse sentido, é libertária. Isso faz com que os evangélicos, que têm uma concepção muito fechada de moralidade, vejam nessa religião uma coisa absolutamente errada, demoníaca. Como pode dançar na roda sagrada, por exemplo, uma traves-

ti? Como pode uma filha de santo ter como cônjuge um ladrão? Como pode um gay chegar a ser o pai de santo? Para o candomblé, sem problemas. O que é do orixá é uma coisa, está na religião. O que não é do orixá, está na justiça; não é um problema do terreiro, é um problema da sociedade.

Ainda não terminou. Apesar da infinidade de agressões registradas contra os terreiros e seus membros, sobretudo por seguidores de certas igrejas pentecostais, as religiões afro-brasileiras não se defendem, não estão acostumadas, não têm estrutura, não têm organização e não têm mecanismos de defesa para tanto. Sua tradição é de juntar, agregar, não fazer a guerra. No entanto, há agências hoje que tratam de inverter a situação. Além disso, vemos um movimento de reavivamento cultural que vem de uma atividade que tem as mesmas origens e mantêm-se próximas dos mesmos personagens das religiões afro-brasileiras, que são as escolas de samba. Não tem escola de samba sem orixá! Nunca teve! Mas sempre foi uma coisa um pouco escondida, até completamente escondida. Agora, os orixás ganham, nas escolas de samba, concursos em primeiro lugar. Os orixás estão muito presentes nas comissões de frente das escolas, nos enredos, nas alegorias. Às vezes, não estão relacionados com o samba-enredo da escola, mas lá, em alguma ala, em algum carro alegórico, em algum destaque, vai aparecer alguma representação das divindades afro-brasileiras.

Só para resumir as questões da resistência dos evangélicos em tolerar as religiões afro-brasileiras, devemos olhar para esses quatro aspectos das religiões de origem africana, de que falei: a prática sacrificial, a natureza politeísta, a diferente moralidade e a forma como a religião se organiza.

Entrevistadores: O conhecimento acadêmico tem a capacidade de transformar a realidade dos agentes sociais que se apropriam dele, a partir de um movimento de reflexividade, para utilizarmos o termo de Anthony Giddens. Não é raro encontrarmos os seus livros em terreiros, em especial o *Mitologia dos orixás* (2001), sendo utilizados para recuperar algumas características do culto aos orixás. Como o senhor enxerga esse processo?

Reginaldo Prandi: Eu nunca tive essa intenção de servir de fonte de referência para nenhuma religião. Além disso, não é serviço do sociólogo. Nem é o caso. A religião de origem africana tem suas próprias fontes orais, não precisa de livro. Nenhum livro que eu conheça contém senão pequena porção do saber religioso mítico, ritualístico e doutrinário que se transmite na religião de geração a geração. Se o livro ajuda a recuperar algo que se per-

deu, mas que esteve registrado em fontes a que o acesso do povo de santo é limitado, mas que o pesquisador consegue encontrar e trazer à luz, tanto melhor. Quando comecei a escrever os livros infantojuvenis sobre orixás, o primeiro saiu em 2001, muitas escolas começaram a adotar meus livros. Até hoje tenho uma agenda cheia de visitas a escolas que adotam meus livros, visitas em que respondo às questões que os alunos levantam, onde vejo com prazer como as crianças se apegam com simpatia aos personagens dos livros.

Acredito que essa atividade pode ser uma forma importante de combater a intolerância religiosa, participar de um processo que minimize o ódio às nossas raízes africanas, contribuir um pouco na solução dessas relações raciais tão complicadas entre o Brasil e suas origens. E, vejam, começando pelo começo, porque a criança é o melhor aluno, é quem aprende mais fácil. Penso que estamos lidando, nessa hora, com o futuro cidadão capaz de nos livrar da carga pesada do preconceito.

Eu sempre fui professor, tenho que me policiar para não usar o livro como uma aula, querendo ensinar a verdade. Eu procuro ser o mais neutro possível, contando história étnica, sem tomar partido. Acho que o trabalho que eu faço ganhou um novo sentido, porque, num mundo com tanta informação circulando na internet, a minha literatura acabou se ouvindo um pouco como uma contrapartida ao ódio racial, cultural, de gênero e religião que infesta as redes sociais. Mas o livro que eu faço continua sendo um livro secular, não religioso, para qualquer um ler.

Eu achava que meus leitores seriam o pessoal que gosta de mitologia. Sempre tem nas livrarias mitologia grega, mitologia romana, mitologia egípcia, eu achava que o consumidor dessas mitologias seria meu leitor preferencial. Gente que eu conheço que trabalha em livraria e mesmo os que cuidam da análise de vendas nas editoras que publicam meu trabalho, dizem que não, que esses livros são comprados por qualquer pessoa, não só por admiradores de mitologias. E eu, particularmente, quero pouca coisa: que o leitor goste dos personagens como gosta dos super-heróis, como minha geração gostava dos príncipes que salvavam as princesinhas das mãos das bruxas cruéis. Espero que curtam suas aventuras, tão parecidas com as dos humanos.

Que aprendam que têm sob o olhar uma tradição que é brasileira, que pode ser interessante, pode ser engraçada, bonita. É legal ver como esses personagens são parecidos com a gente ou como a gente é parecido com eles. Então, eu acho que isso acaba sendo também um papel do professor. E vai ficando tudo certo, enquanto vou fazendo minha sociologia, hoje artesanal, e descansando ao escrever meus livros de ficção. Porque, na

sociologia, quem comanda é o mundo real, o sociólogo não inventa nada; ele observa, classifica e interpreta. O mundo é o que é. Já, ao fazer ficção, o escritor inventa o mundo do jeito que ele quer, criando personagens que agem conforme a sua vontade, não tem compromisso com a verdade. Outra coisa é a mitologia: basta contar de novo o que você ouviu. Prefiro não cair no dilema de escolher entre essas três possibilidades.

Caros, muito obrigado por me ouvirem.

Livros publicados por Reginaldo Prandi

PRANDI, Reginaldo. *Catolicismo e família: transformação de uma ideologia*. São Paulo: Brasiliense; Cebrap, 1975.

PRANDI, Reginaldo. *Os futuros cientistas sociais*. São Paulo: FFLCH/USP, 1980.

PRANDI, Reginaldo. *Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. *Herdeiras do axé: sociologia das religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo: Edusp, 1998.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRANDI, Reginaldo. *Segredos guardados: orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PRANDI, Reginaldo. *Morte nos búzios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PRANDI, Reginaldo. *Os mortos e os vivos: uma introdução ao espiritismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PRANDI, Reginaldo. *Les princes du destin: contes de la mythologie afro-brésilienne*. Paris: Présence Africaine, 2014.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia degli Orixás: le divinità della natura dall'Africa al Brasile*. Firenze: Editpress, 2015.

PRANDI, Reginaldo. *Aimó*. São Paulo: Seguinte: Companhia das Letras, 2017.

PRANDI, Reginaldo. *Ogum: caçador, agricultor, ferreiro, trabalhador, guerreiro e rei*. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

PRANDI, Reginaldo. *Os candomblés de São Paulo*. Nova edição ampliada. São Paulo: Arché, 2021.

PRANDI, Reginaldo. *Brasil africano: deuses, seguidores, sacerdotes*. São Paulo: Arché, 2023.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira. *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000162.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2024.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, [1964] 2010.

PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRANDI, Reginaldo. *Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova*. 2. ed. São Paulo: Arché, [1991] 2020.

PRANDI, Reginaldo. *Segredos Guardados: orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos: UFSCar, v. 5, n. 2, 2015. p. 351-379.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, v. 33, n. 96, 2018.

Recebida em 07/05/2024

Aprovada para publicação em 30/05/2024